

O ensino da língua materna nos currículos dos cursos de Pedagogia

The teaching of the mother tongue in the curriculum of Pedagogy courses

Geysa Spitz Alcoforado de Abreu¹

Jilvania Lima dos Santos Bazzo¹

Dalva Maria Alves Godoy¹

Resumo

Este artigo apresenta os resultados preliminares de um estudo sobre o lugar da língua materna nos cursos de Pedagogia no Brasil. Optou-se pela abordagem qualitativa a fim de buscar resolver o seguinte problema: De que forma vem se realizando a formação linguística do pedagogo de sorte a prepará-lo para levar seus alunos a desenvolver compreensão leitora e produção textual adequadas às diferentes situações discursivas? A partir dos anos 1990, a maioria das Faculdades de Educação buscou atender a demandas sociais específicas, contudo a área da linguagem ocupou uma posição de menor destaque. Os resultados indicam a naturalização dos conhecimentos exigidos aos acadêmicos e a desconsideração de práticas de linguagem como sendo necessárias ao ensino. Ciente das lacunas na sua formação inicial, defende-se uma revisão curricular desses cursos de Pedagogia para que os alunos sejam diplomados com inserção nas práticas de letramento, o que inclui reflexão teórica no campo da linguística e experiência de leitura e escrita.

Palavras-chave: Formação linguística. Linguagem. Práticas de letramento.

¹ Professoras Doutoras, Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: G.S.A. ABREU. E-mail: <geysa.abreu@uol.com.br>.



Abstract

This paper presents some preliminary results of a research about teaching of the mother tongue in Pedagogy courses in Brazil. It is a qualitative approach that tries to answer the following questions: how is the linguistic training of pedagogues at present? Are our pedagogues really being prepared to teach literacy in elementary education? Will they be able to help their pupils develop reading comprehension and writing that are adequate to different textual practices? Since 1990, most Education Colleges have endeavored to address the specific social demands, but language has been given less importance in professional educational training. The results show that knowledge required by academics in the teaching process is naturalized and language practices are neglected. The present state of affairs of the academics is that they lack practical language learning. Due to this gap in their initial training, this work advocates the revision of curriculum of Brazilian Pedagogy courses so that the graduates experience literacy practices, which would include theoretical linguistic reflection and reading and writing experience.

Keywords: Linguistic training. Language. Literacy practices.

Introdução

Com o objetivo principal de apresentar os resultados preliminares de uma investigação em torno do lugar que ocupa a língua materna no currículo dos cursos de Pedagogia no Brasil, para este trabalho, as pesquisadoras fazem um recorte nos levantamentos dos dados e das informações relativas às matrizes curriculares de três instituições de ensino superior de expressiva referência nacional localizadas na Região Sul do País.

De que forma vem se realizando a formação linguística do pedagogo de sorte a prepará-lo para levar seus alunos a desenvolver compreensão leitora e produção textual adequadas às diferentes situações discursivas? Eis a problematização que atravessa a tessitura desta pesquisa.

Ao propor uma superação de método único e procedimentos únicos, Meksenas (2003) sugere que, no campo da educação, para se efetivar a ciência como um processo democrático, o pesquisador precisa se reconhecer como professor e, do mesmo modo, como pesquisador. Nessa perspectiva, superar a aparente dicotomia entre pesquisador e professor em si, ao tempo em que se atinge uma ação do conhecimento por si, ajuda, sobremaneira, a minimizar a hierarquização existente entre trabalho intelectual e trabalho manual entre dirigentes e dirigidos.

É a partir dessa percepção de articulação entre o *fazer* e o *pensar* que o trabalho ora apresentado se fundamenta na abordagem qualitativa como horizonte epistemológico. Esta pesquisa, por

consequente, não segue os princípios da observação controlada, da experimentação - reprodução dos fenômenos, ou da indução -, regularidade matemática da repetição do fenômeno. Pelo contrário, persegue a opção metodológica compreensivo-interpretativa, e sua escolha se justifica principalmente pela crença na complementaridade entre os dados qualitativos e quantitativos.

A análise documental se constituiu no principal instrumento utilizado para a coleta dos dados. As principais fontes de informações foram os currículos de três universidades da Região Sul do País, as leis, os decretos e as diretrizes nacionais para o Curso de pedagogia. A definição da amostragem se efetivou através dos seguintes aspectos: instituições federais de ensino superior, públicas e gratuitas, situadas nas capitais da Região Sul do País e cujos currículos estivessem atualizados e em conformidade com a legislação para a formação de futuros profissionais da pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006) (Brasil, 2006). Deste modo, a amostragem não é aleatória, e sim intencional. O uso dessa amostra é justificado pelo fato de verificar que estas instituições são reconhecidamente de excelência na formação de profissionais que atuarão na educação básica do País, assim como pela importância que elas têm na área de ensino, pesquisa e extensão.

O Curso de Pedagogia no Brasil: da formação do especialista à formação docente

Até o início da década de 1990, em conformidade com o Parecer nº 252/1969, o Curso de

Pedagogia da maioria das Faculdades de Educação do Brasil preparava o aluno para habilitações específicas: Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais; Orientação Educacional; Administração Escolar; Supervisão Escolar; Inspeção Escolar (Silva, 1999). Tal orientação do Curso de Pedagogia se deu no contexto da reformulação dos currículos mínimos dos cursos superiores, atendendo aos princípios da Reforma Universitária de 1968. De acordo com o autor do Parecer nº 252/1969, Valnir Chagas, o Curso de Pedagogia deveria ter uma base comum, constituída por matérias básicas para a formação de qualquer profissional do Setor de Educação e uma parte diversificada correspondente às especializações pedagógicas presentes na Lei nº 5.540/1968. De modo geral, o aluno cursava três anos e, no último ano, optava por uma das habilitações disponíveis (Silva, 1999).

A partir da década de 1990, no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, os cursos de Pedagogia começaram a reformular seus currículos voltando-se para a formação de licenciados habilitados para o exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil (Brasil, 1996). Em algumas Universidades, as habilitações passaram a ser oferecidas em nível de pós-graduação *lato sensu*, como ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Grinspun, 2006).

A formação de professores no nível superior provocou muita polêmica, tornando-se objeto de discussão de legisladores, pesquisadores, órgãos educacionais e profissionais da educação. A partir da

Resolução nº 1/2006 do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, a docência passou a ser o foco prioritário da formação, o que redefiniu o perfil dos egressos (Brasil, 2006).

Nesse processo de consolidação de um novo modelo curricular, grande parte das Faculdades de Educação buscou atender a demandas sociais específicas por meio da oferta de disciplinas, de enriquecimento curricular e cursos de extensão ao contemplar áreas e temáticas diversas, tais como: Educação e Sexualidade; Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena; Educação das Relações Étnico-Raciais; Língua Brasileira de Sinais - Libras; Educação do Campo, entre outras. No entanto, durante esse processo, observa-se que a área da linguagem ocupou uma posição de menor destaque e insuficiente para a formação do professor alfabetizador.

A língua portuguesa nos cursos de pedagogia

O espaço que ocupa no currículo

O levantamento dos dados e das informações relativas às matrizes curriculares de três instituições de ensino superior públicas, vinculadas à esfera federal e localizadas nas capitais da Região Sul do Brasil, permitiu elaborar o Quadro 1 a fim de enfatizar o número de disciplinas obrigatórias e eletivas e a carga horária relativa à área da linguagem.

Nas três instituições analisadas, há uma distribuição de carga horária de trabalho dedicada à linguagem, no entanto, observa-se uma grande

Quadro 1. Instituições pesquisadas, número de disciplinas e carga horária.

Instituição de Ensino - Pública Federal	Número de disciplinas Obrigatórias - Área da Linguagem	Número de disciplinas Eletivas - Área da Linguagem	Número de disciplinas eletivas no curso de Pedagogia	Carga horária das disciplinas obrigatórias - Área da Linguagem	Carga horária das disciplinas eletivas - Área da Linguagem
A	6	7	107	240 horas	330 horas
B	7	3	26	396 horas	162 horas
C	2	5	67	105 horas	180 horas

discrepância entre elas, indicando a ausência de uma diretriz nacional.

Na “instituição A”, embora sejam 6 disciplinas obrigatórias, no somatório da carga horária, totalizam-se 240 horas de trabalho efetivo. Isso equivale a 4 disciplinas de 60 horas cada. Ainda é muito pouco, especialmente considerando que, num rol de 107 disciplinas eletivas, apenas 7 são da área da linguagem. Cabe ainda destacar que as disciplinas eletivas não são ofertadas todos os semestres e dependem de um número mínimo de alunos interessados, que varia conforme as regras de cada instituição. Assim, caso não atinja um número mínimo de alunos interessados, a disciplina eletiva não é oferecida naquele semestre ou ano.

Na “instituição B”, a carga horária de trabalho dedicada à linguagem é significativamente maior se comparada às instituições A e C, totalizando 396 horas de trabalho efetivo. Há ainda a possibilidade de oferta de outras 3 disciplinas eletivas na área da linguagem, num rol de 26 disciplinas eletivas.

Na “instituição C”, o número de disciplinas obrigatórias se restringe apenas a duas: Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa, com 45h, e Alfabetização, com 60 horas. Portanto, são apenas 105 horas de efetivo trabalho na área da linguagem para um curso que forma professores para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. As disciplinas eletivas da “instituição C” na área da linguagem são: Alfabetização de Jovens e Adultos, Distúrbios da Aprendizagem, Distúrbios de Leitura e Escrita e Metodologia do Ensino de Literatura Infantil. Acrescenta-se que, durante o processo de reformulação curricular da “instituição C”, os alunos egressos do Curso de Pedagogia foram consultados a fim de se fazer uma avaliação sobre a formação recebida e fornecer subsídios para pensar sobre a nova proposta curricular. Nessa consulta, houve, por parte dos alunos, uma solicitação de inclusão da disciplina obrigatória intitulada *Produção de Textos* no primeiro ano de curso. O pedido não foi atendido, tampouco consta no rol das 67 disciplinas eletivas do curso.

A variação no número de disciplinas eletivas que fazem parte do currículo dos cursos analisados

não só evidencia o currículo como um campo de disputas, um território contestado onde os saberes estão hierarquicamente organizados (Silva, 2005), como também nos faz refletir sobre o jogo de forças políticas entre os envolvidos na reformulação das propostas pedagógicas dos cursos. Nesse sentido, uma questão que se coloca é: “Quem deve controlar a seleção e distribuição do conhecimento? Por meio de que instituições?” (Pacheco, 2005, p.31).

Finalmente, entendendo que uma das funções primordiais do pedagogo é alfabetizar, haverá necessidade de um currículo que contemple espaços e tempos capazes de formar o professor como um mediador cultural? Considerando ainda que ele deverá ser capaz de criar situações de aprendizagem relativas à linguagem escrita, faz-se premente prepará-lo teórico e metodologicamente para saber lidar com os diversos usos da leitura e da escrita, os aspectos gráficos da linguagem escrita, os funcionais, os textuais e, sem dúvida, aqueles aspectos referentes ao sistema alfabético de representação.

Os conteúdos da língua portuguesa para a formação linguística do pedagogo

Ao analisar os conteúdos de Língua Portuguesa para a formação linguística do pedagogo, constata-se que a “instituição A” tem uma concepção ampliada do que seja linguagem e de sua importância na formação do pedagogo professor, conforme se observa na lista abaixo das disciplinas e respectivas ementas.

- *Análise e Produção do Texto Acadêmico* - 30h: Leitura e análise de textos acadêmicos (resumo, resenha, artigo, relatório, projeto) na perspectiva da produção. Coesão, coerência, argumentação, referencialização.

- *Linguagem e Educação I* - 45h: Teorias de aquisição da linguagem oral e escrita. Desenvolvimento da linguagem: fonológico, lexical, sintático, pragmático e discursivo. Enfoque investigativo e pedagógico.

- *Linguagem e Educação II* - 45h: Alfabetismos: abordagem histórica dos conceitos e dos métodos.

Letramentos: escolar e social. Enfoque investigativo e pedagógico.

- *Linguagem e Educação III* - 45h: Conceitos e princípios básicos para o ensino da linguagem nas séries iniciais. Leitura. Produção textual. Análise linguística oracional/textual. Propostas pedagógicas. Avaliação.

- *Educação e Teatro* - 30h: Princípios dramáticos e a linguagem teatral em espaços e tempos escolares enfocando as particularidades dos processos de improvisação teatral, suas diferentes modalidades e a construção de conhecimento. Cultura teatral e integração entre fazer, compreender e apreciar teatro.

- *Educação Musical* - 45h: Educação musical em espaços e tempos escolares. Experiências práticas e fundamentação teórico-metodológica para a ação docente.

No rol das disciplinas eletivas na área da Linguagem da "instituição A", encontram-se: Composição em Língua Portuguesa I - 60h; Literatura Brasileira e Leitura na Escola - 60h; Linguagem, Interação e Cognição I - 45h; Linguagem, Interação e Cognição II - 45h; Iniciação à Prática de Alfabetização de Jovens e Adultos - 60h; Estudos em Linguagem, Interação e Cognição - 30h; Cultura Visual e Educação - 60 horas.

Ao analisar os conteúdos da Língua Portuguesa para a formação linguística do pedagogo na "instituição de ensino A", observa-se que a literatura, as questões de leitura e o livro didático estão contemplados em disciplinas eletivas, isto é, aquelas disciplinas que o acadêmico escolhe se irá ou não cursá-las. Não há garantia de oferta pela instituição, tendo em vista o número significativo de ofertas de outras disciplinas dessa natureza. Pela necessária formação do pedagogo na área de linguagem, já que ele irá atuar como profissional responsável pela educação de crianças, jovens e adultos no que se refere à alfabetização e ao letramento, considera-se que os conteúdos referentes à literatura, à leitura e à produção de textos - assim como em relação à análise de livros didáticos, entre outros -, deveriam ser incluídos nos componentes curriculares obrigatórios.

A "instituição B" apresenta no seu projeto pedagógico uma formação do pedagogo na área da linguagem de forma mais intensa, conforme se pode verificar nas ementas a seguir apresentadas.

- *Linguagem Escrita e Criança* - 54h: Aquisição da linguagem. A criança na sociedade letrada. Concepções, representações e hipóteses de escrita formuladas pela criança. Relações entre escrita e linguagens não verbais. Processos não planejados e não sistematizados de aquisição/aprendizagem da escrita. Da leitura/escrita icônica à leitura/escrita arbitrária e convencional.

- *Alfabetização* - 54h: A alfabetização no plano teórico, político e pedagógico (inter) nacional. Fundamentos teórico-metodológicos do processo de alfabetização. Alfabetização e letramento. O sistema de escrita alfabético/ortográfico. O conhecimento da linguagem verbal oral na aprendizagem da linguagem verbal escrita. A realidade linguística da criança e os processos de sistematização dos usos da escrita. Processos de construção de sentido a partir da linguagem escrita. Prática como Componente Curricular.

- *Literatura e Infância* - 54h: O estabelecimento do conceito de "in-fans" na literatura moderna. A oposição entre racionalismo/irracionalismo e a passagem da fantasia ao plano da irrealidade. A separação entre necessidade/desejo e o conceito de inconsciente. O surgimento do "Eu". A rejeição do conceito de experiência por parte da literatura como modo de sobrepor-se ao projeto racionalista moderno. A relação entre mito e literatura. A poesia e o sublime. Leituras literárias: estratégias para formar uma coleção em aberto. O trabalho com textos na dinâmica escolar. Prática como Componente Curricular.

- *Educação e Infância V*: Conhecimento, Jogo, Interação e Linguagens I - 54h: Bases conceituais: jogos, brinquedo e brincadeira; pensamento e linguagem; interações sociais. Processos de formação do pensamento: conceitos espontâneos e científicos. Contribuição da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

- *Educação e Infância VI: Conhecimento, Jogo, Interação e Linguagens II* - 54h: Implicações educacionais do jogo, da interação e das linguagens como base para a construção do conhecimento na infância. Estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nos diferentes contextos educativos. As linguagens: não verbal, verbal, gestual, corporal, plástica, pictórica e musical das crianças. A produção cultural das e para as crianças.

- *Língua Portuguesa e Ensino* - 54h: A comunicação humana. O universo da oralidade e sua prática em ambientes escolares. Apropriação, desenvolvimento e produção da língua escrita nos anos iniciais. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores. A interpretação de textos e a produção de sentidos. O trabalho docente em relação à diferença e à diversidade. Aspectos de variação e mudança linguística. Relações entre conhecimento linguístico e conhecimento gramatical. Relações da Leitura e da Escrita com outras linguagens e com as novas tecnologias. Língua e processos criativos: a expressão artística na infância. Prática como Componente Curricular.

- *Comunicação e Educação* - 72h: Educação, comunicação e cultura das mídias. Os meios de comunicação e suas linguagens. Recepção: crítica, estética e mediações culturais. Crianças, jovens e suas interações com as mídias e com as tecnologias na escola, na família e na cultura. Conceitos, objetivos e perspectivas da mídia-educação. Tecnologia, produção de conhecimento e formação de professores. Formas de apropriação da cultura das mídias: apreciação, crítica e produção em contextos educativos.

No rol das disciplinas eletivas na área da Linguagem da "instituição B", encontram-se: Problemas de Aprendizagem Escolar I - 30h; Distúrbios de Leitura e Escrita - 60h; Metodologia do Ensino de Literatura Infantil - 30h; Alfabetização de Jovens e Adultos - 30h; Pedagogia em Ambientes Clínicos 30 horas.

De acordo com o apresentado até aqui, é possível afirmar que, na "instituição B", dentro do eixo

Educação e Infância, enfatiza-se a linguagem como essencial para o processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil assim como para a formação do pedagogo alfabetizador. Focalizam-se ainda as múltiplas linguagens da infância: não verbal, verbal, gestual, corporal, plástica, pictórica e musical, merecendo destaque a reflexão sobre a produção cultural das e para as crianças, o que revela um currículo voltado tanto para a formação técnica linguística do futuro professor quanto para a formação crítica e ampliada do seu universo cultural. Cabe lembrar que, segundo Vigotski (1991), o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança.

Outro aspecto a ser pontuado refere-se à inclusão das linguagens midiáticas no currículo do Curso de Pedagogia da "instituição B" de sorte a se apropriar criticamente das atuais tecnologias de comunicação e informação, especialmente em relação à recepção crítica, à estética e às estratégias para as necessárias mediações culturais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da "instituição C" enfatiza que o objetivo é "superar a fragmentação anterior das habilitações para formar o professor da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, além de habilitar o egresso do Curso de Pedagogia para atuar na orientação educacional, supervisão escolar e administração escolar". Entretanto, ao analisar o currículo, especialmente no que se refere à linguagem, observou-se um conflito evidente entre a licenciatura e o bacharelado, que formava os chamados "especialistas em educação", a saber: Orientador Educacional; Administrador Escolar; Supervisor Escolar. Ao se estabelecer uma relação entre o tempo/espço dedicado à área da linguagem e às demais áreas do conhecimento, nota-se essa divergência na formação do pedagogo que atuará na escola como professor e do pedagogo que assumirá outras funções de natureza diferente como profissional da educação dentro ou fora do âmbito escolar. Como se pode perceber, são apenas duas disciplinas obrigatórias nessa área:

- *Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa*
- 45h: Contextualização histórica. Fundamentos teóricos metodológicos do ensino de Língua Portuguesa na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

- *Alfabetização - 60h*: Fundamentos linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos da alfabetização. Aspectos históricos da alfabetização. Características e psicogênese da leitura e da escrita. Encaminhamento metodológico da alfabetização na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Dentre as disciplinas eletivas na "instituição C", na área da Linguagem são ofertadas as seguintes: Problemas de Aprendizagem Escolar I - 30h; Distúrbios de Leitura e Escrita - 60h; Metodologia do Ensino de Literatura Infantil - 30h; Alfabetização de Jovens e Adultos - 30h; Pedagogia em Ambientes Clínicos - 30 horas.

Frente aos dados alarmantes divulgados pelos órgãos oficiais que indicam um elevado número de crianças que chega aos anos finais do ensino fundamental sem o domínio básico da leitura e da escrita (Soares, 2004), faz-se premente que as reformas curriculares aconteçam com a participação efetiva de linguistas nas discussões sobre os projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia no Brasil.

Sabendo-se que o ensino da leitura e da escrita são processos complexos, os quais demandam domínios específicos do professor, considera-se importante que os cursos de Pedagogia dediquem um maior espaço/tempo às disciplinas da área da Linguagem. E mais, faz-se necessário que ofereçam disciplinas de produção de texto (e equivalentes) para que os alunos avancem na sua produção escrita e ampliem a sua competência escritora, principalmente nos gêneros textuais acadêmicos: ensaio, artigo, resumo, relatório, monografia, fichamento, etc.

Uma das causas das dificuldades da escola em tratar as questões relativas à fala, à escrita e à leitura reside na incompetência técnica linguística dos professores, que não sabem ensinar devidamente porque desconhecem a realidade linguística

compreendida no processo de alfabetização (Cagliari, 1997).

Nesse sentido, pode-se constatar a naturalização dos conhecimentos que são exigidos dos alunos nos cursos de graduação e, em especial, nos cursos de Pedagogia, por se tratar da formação de professores que atuarão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Supõe-se que as questões de ordem técnica linguística já são dominadas pelos alunos no momento do ingresso no Ensino Superior. Constata-se ainda que alguns alunos ingressam nos cursos de graduação, incluindo as licenciaturas, apresentando pouco domínio da leitura e da escrita: alguns evidenciam por meio de seus escritos problemas de ordem sintática, semântica, morfológica e lexical - mesmo em palavras consideradas de uso trivial; elaboram textos sem coesão e coerência, não têm fluência e/ou hábito de leitura, não conseguem recuperar informações na leitura de um texto acadêmico, entre outras questões.

Sabendo das lacunas na formação inicial dos alunos que chegam ao ensino superior, urge uma revisão curricular dos cursos de Pedagogia no que se refere ao campo da linguagem para que os acadêmicos sejam diplomados com uma autêntica inserção nas práticas de letramento, o que inclui uma densa reflexão teórica no campo da linguística e uma intensa experiência de leitura e de escrita. Entende-se leitura como sendo uma atividade complexa, plural, que se desenvolve em várias direções e é afetada por cinco processos: neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico (Jouve, 2002).

Considerações Finais

Com este trabalho, buscou-se evidenciar que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as contradições e desigualdades sociais, bem como a capacidade de contribuir para a sua superação devem se constituir em fins norteadores das propostas para o ensino de leitura e escrita. É tarefa dos cursos de formação de professores para a educação básica pensar, portanto, nos espaços de desenvolvimento

da língua(gem). São os pedagogos os primeiros professores a criar as situações de aprendizagem para as crianças, os jovens e os adultos. Por isso, importa inseri-los em contextos diferenciados de práticas de linguagem de sorte a promover as competências necessárias para o exercício da docência.

Considerando que o letramento abrange tanto a dimensão técnica quanto a de uso da leitura e da escrita por parte dos sujeitos concretos, o ensino da língua materna nas escolas de educação básica deve ser focado como ensino da competência comunicativa em contextos reais e significativos, de tal forma que leve o aluno a construir a compreensão e a produção textual adequada às diferentes situações discursivas.

Compreende-se ainda que, para promover práticas de letramento, há de se levar em conta a alfabetização como um processo imbricado a esta prática e que envolva conhecimentos relativos à consciência fonológica, às relações grafema-fonema e ao domínio da escrita enquanto código. Para além da codificação e decodificação de palavras e textos, serão desenvolvidas as competências necessárias para o uso desses conhecimentos em práticas sociais, ou seja, mediante o uso real da leitura e escrita.

A língua oral (e, claro, seu uso) encontra-se atualmente em um campo restrito dos processos de ensino e aprendizagem, embora a oralidade seja a base para o aprendizado de línguas. Por isso, os instrumentos pedagógicos e as escolhas metodológicas raramente levam em conta a complexa relação entre o aprendizado da leitura, da escrita e da oralidade. Esse fato é decorrente das lacunas na formação inicial dos professores da educação infantil e dos iniciais do ensino fundamental (pedagogos), no qual, conforme apontaram os dados dessa pesquisa, existem hiatos irrefutáveis nos currículos de pedagogia no que se refere à língua portuguesa.

Para que o professor possa dar conta do desafio de articular a língua oral e escrita, em contextos reais e significativos, se faz necessária, além de sólida

formação linguística, competência discursiva nas variadas práticas de comunicação.

Quais os efeitos de um trabalho pedagógico que desmistifique o texto/a palavra/o discurso como condutor de verdades absolutas e que incorpore no cotidiano da sala de aula ações capazes de promover a análise e a reflexão realizadas pelos estudantes em conjunto com os professores?

Parece óbvio, no entanto, ressalta-se a crença na possibilidade de o professor criar situações efetivas de aprendizagem para que o aluno, protagonista de sua história, guie a si mesmo e, ao tempo em que se impregna de sentidos, construa o seu caminho de emancipação.

Referências

- Brasil. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez.1996.
- Brasil. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CP 1/2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*, 16 maio 2006. Seção 1, p.11.
- Cagliari, L.C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1997.
- Grinspun, M.P.S.Z. (Org.) *Supervisão e orientação educacional: perspectivas de interação na escola*. São Paulo: Cortez, 2006.
- Jouve, V. *A leitura*. São Paulo: Unesp, 2002.
- Meksenas, P. *Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas*. São Paulo: Loyola, 2003.
- Pacheco, J. A. *Escritos curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005.
- Silva, C.S.B. *Curso de pedagogia no Brasil: história e identidade*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- Silva, T.T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- Soares, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, v.5, n.25, p.5-17, 2004.
- Vigotski, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido em 19/10/2012 e aprovado em 28/5/2013.